

## EDITORIAL: O Sujeito do Futuro será Público?

Os Sites, microbloggings e Redes sociais moldam nossa forma de comunicação neste novo século expandindo a interação comunicacional nas formas de moldar nosso laço social, o que inclui desde as questões afetivas pessoais, passando pela economia e claro, na política. Essas interações colocam na esfera pública até mesmo assuntos que eram tratados na esfera privada como o amor, nossas relações sexuais, nossas intolerâncias e por fim as disputas ideológicas, todas tratadas não necessariamente em profundidade, mas muitas vezes de forma panfletária ou mesmo sem a utilização de textos, mas somente imagens.

Se para muitos a o atentado as torres gêmeas em Nova York em 2001 marcaram como trauma a entrada no novo século, talvez possamos dizer que o ano de 2010 possa ser marcado no futuro como o ano em que nos demos conta do potencial violento da internet, quando o grupo Anonymous pareceu na imprensa mundial após realizar ataques de negação de serviço (Distributed Deny of Service - DDoS) a grandes corporações como Visa, MasterCard, PayPal e Amazon em apoio a Julian Assange e ao seu site WikiLeaks. Mais restrita, em termos de comoção à Europa, foi icônico o papel da internet no que ficou conhecido como Primavera Árabe, que de certo modo oficializou o termo hacktivismo como símbolo do uso/manipulação das novas tecnologias em rede para protestar sobre temas como ideologia, religião ou política a ponto de hoje ser pacífico a aceitação entre militares que as guerras agora são híbridas, pois incluem além do aparato militar bélico o uso de ataques tecnológicos que cada vez mais podem ser até mais violentos (por exemplo, destruir a distribuição de energia elétrica ou água) do que as antigas bombas.

De modo mais local, este Hacktivismo pode incluir causar danos a pessoas específicas, organizações ou empresas, o que pode incluir além do mencionado DDoS, formas de pichação a webpages, conhecido como *Defecement*, ou ainda o furto ou vazamento de informações confidenciais que podem ter por objetivo humilhar publicamente alguém, causar prejuízos ou ainda como temos visto ultimamente, extorquir dinheiro em nome de causas políticas ou mesmo para usufruto pessoal ou de grupos, ou ainda somente por vingança.

De um lado mais positivo, o Ciber Ativismo pode constituir ainda uma nova forma de divulgar lutas políticas, injustiças sociais, intolerâncias que pode ser muito importantes, na medida em que em muitos países a internet começa a ser efetivamente controlada, seja através do impedimento de acesso a certos locais da rede, seja pela possibilidade de produzir uma internet desconectada – o que parece um contrassenso – limitada as fronteiras de um país<sup>1</sup>. Também esse ativismo pode ser importante para avançar sobre limitações ideológicas ou econômicas de grandes grupos empresariais da imprensa ou ainda, mesmo que em situação política democrática, contornar censuras impostas por regimes políticos ou instancias judiciais.

Mais ainda, esse ativismo pode ser importante ao oferecer saídas tecnológicas em situações onde governos tentam impedir a divulgação de fatos que tentam negar ou restringir liberdades individuais. Esse é o caso, por exemplo, do software *Tor* que se propõe a ser livre e de código

---

<sup>1</sup>. Esse foi o caso da experiência na Rússia em 2019 que, ainda que em forma de teste, desconectou o país da rede mundial sob o argumento da segurança nacional.

aberto, proporcionando uma comunicação anônima e segura ao navegar na Internet, protegendo contra a censura, mas principalmente a privacidade<sup>2</sup>.

É possível que o campo legislativo tenha cada vez mais influencia sobre este problema. Leis em processo de aprovação, como Algorithmic Accountability Act nos Estados Unidos, seguem o que tem se chamado de “responsabilidade algorítmica”, onde empresas teriam que avaliar se os algoritmos que alimentam os sistemas de IA são tendenciosos ou discriminatórios ou se representam risco de privacidade ou segurança. Essa discussão, no entanto, emperra muitas vezes no sempre evocado princípio fundamental da internet: a liberdade de troca de informações sem a tutela do Estado ou de outras instituições.

De forma geral, muitos concordam que o grande perdedor desta batalha seria o chamado centro político que nos momentos eleitorais se sente obrigado a seguir a contragosto as tendências à esquerda ou à direita das quais nem sempre compartilha totalmente.

---

<sup>2</sup>. Também de forma semelhante o *PGP* (Pretty Good Privacy) é um software livre que pode ser usado para criptografar a comunicação de e-mails confidenciais.